

As heranças da campanha eleitoral e as novas perspectivas¹

Victor Meyer²

1. O fato histórico mais importante, entre todos criados pela campanha eleitoral, foi a formação de uma frente de trabalhadores da cidade e do campo. Não há precedentes na história do Brasil. No máximo se poderia lembrar as mobilizações de começos de 1964, mas com uma diferença: naquela época, a unificação das lutas urbanas e rurais ainda se dava à reboque de um governo burguês.

Ao longo dos últimos dez anos, observa-se um processo preparativo no sentido da aproximação das massas urbanas e rurais, do qual a fundação e expansão da CUT é expressão máxima. Mas ainda não havíamos presenciado uma manifestação conjunta, de massas, envolvendo em âmbito nacional os trabalhadores da cidade e do campo. O fato novo começou a aparecer na última fase da campanha do 1º turno, quando ficou evidente que a candidatura de Lula assumia envergadura nacional, penetrava no interior e em todas as regiões do país, sob a forma de uma mobilização de massas unificada politicamente.

2. É de grande importância reconstituir os passos sucessivos, que resultaram na ampla base social da candidatura de Lula no 2º turno. Essa trajetória de ampliação da força dos trabalhadores encerra uma lição preciosa em termos de estratégia de luta. Tudo começou com uma força polarizadora relativamente pequena, nucleada nos setores mais organizados dos trabalhadores, em especial na classe operária. O balanço do 1º turno vai deixar muito clara a natureza e a "anatomia" da candidatura de Lula. Tudo se passou como se a sociedade brasileira, sem as classes dominantes, fosse aos poucos se reaglutinando, num movimento crescente, a partir de uma força central que em última análise estava na classe operária. No momento de maior força, conseguimos atrair amplos segmentos dos setores médios da sociedade. Não foi a adesão da classe média que sinalizou a força da frente dos trabalhadores. Foi o contrário: a formação de um núcleo forte dos trabalhadores da cidade e do campo, com grande influência da classe operária, impôs uma situação de fato e em certa medida forçou a adesão de setores muito amplos da classe média. As adesões do 2º turno tornam a culminância desse processo muito clara, mostrando, inclusive, que a hegemonia política de uma classe não depende apenas do poder de convencimento dessa classe hegemônica sobre as demais. Depende especialmente da força política alcançada por ela. A vitória no 1º turno marcou a força dos trabalhadores, criando um poder de pressão sobre outros segmentos, a exemplo daqueles antes alinhados com Covas ou Brizola.

O processo deve ser analisado também sob um outro ângulo. Podemos dizer que a força atingida no final da campanha esteve na razão direta do núcleo organizado (tanto na cidade como no campo). Se atingimos 30 milhões de votos, não quer dizer que o setor organizado dos trabalhadores seja composto por 30 milhões. Obviamente, o setor organizado era menor. Para alcançarmos uma adesão maior, será preciso ampliar ainda muito o segmento organizado. Ao contrário do que dizem os "políticos" da pequena burguesia, não é a fração culta da sociedade, nem os profissionais de formação universitária, que podem ser considerados como os "formadores de opinião". Os verdadeiros formadores de opinião, numa ótica marxista, são os segmentos organizados dos trabalhadores, a começar pelas bases fabris organizadas, passando pelas bases rurais organizadas, bem como pelas bases organizadas dos movimentos de classe média - pouco importando a escolaridade formal

¹ Refere-se às eleições presidenciais de 1989. Artigo escrito para debate interno nas bases do PT, em Salvador-BA. Não chegou a ser publicado. (Nota dos editores).

² Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Prof. de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos.

dessas pessoas. A única "escola" que realmente pesa (e pesou na experiência eleitoral recente) é a escola das greves, da organização sindical e política, do acesso aos debates e aos diversos níveis de uma imprensa independente, etc.

Observando a experiência a partir dessas premissas, cabe assinalar que o texto partidário que melhor anteviu o rumo geral do processo e que melhor esboçou uma estratégia consoante com as tendências históricas foi o discurso de Lula no 6^o Encontro.

3. A formação da frente dos trabalhadores, reivindicando um governo sustentado por ela própria, em oposição à ordem social vigente, foi possível dentro de circunstâncias históricas especiais. O pano de fundo, naturalmente, é o aguçamento das contradições sociais no Brasil. Mas não bastaria lembrar os efeitos do longo período da ditadura militar sobre as condições de vida dos trabalhadores. Pelo menos três outros fenômenos teriam que ser registrados para uma melhor avaliação desses acontecimentos atuais: primeiro, o fato de o país ter vivido quase uma década de estagnação econômica, interrompida apenas por breves lapsos de crescimento - o que indica uma tendência persistente de agravamento da miséria social; segundo, o fato de terem os trabalhadores vivenciado, na fase final da ditadura, uma campanha democrática sob liderança burguesa, cujo desfecho posterior permitiu o desmascaramento público dos planos burgueses de redistribuição da renda (malogro do Plano Cruzado); terceiro, o fato de existir no país um partido enraizado nas camadas avançadas dos trabalhadores (o PT), que ao longo da década fez oposição aos governos burgueses e desse modo foi polarizando os descontentamentos.

4. As reivindicações assumidas pelas massas mobilizadas durante a campanha eleitoral indicam um quadro de radicalização, demonstrando o modo como os trabalhadores estão assimilando a experiência da vida nacional recente, em suas diversas facetas. A candidatura de Lula começou a crescer precisamente quando conseguiu sintonizar a linguagem da campanha com as expectativas de uma massa radicalizada. As massas se identificaram com a perspectiva de formar um governo sem a burguesia, encabeçado por uma liderança operária. Nessas condições, a palavra de ordem de ocupação do governo federal, embora não fosse certamente uma palavra de ordem socialista, já ultrapassava o terreno da ordem burguesa. Na Terceira Internacional, anteriormente à dogmatização stalinista, este tipo de palavra de ordem (o nosso "governo democrático-popular") seria considerada como "de transição". Na mesma linha, também de transição seriam consideradas as palavras de ordem de reforma agrária, não pagamento da dívida externa e até mesmo a de redistribuição da renda. Em outras circunstâncias, algumas dessas palavras de ordem seriam meramente de reforma da sociedade existente, tendo inclusive figurado em plataformas de partidos da ordem. Mas, no contexto de uma mobilização dos trabalhadores, ainda mais porque visando a imediata formação de um governo sem a burguesia, essas bandeiras ganharam um sentido novo, passaram a representar uma ameaça sobre os pilares de sustentação da atual sociedade. Lembrando palavras de Marx, essas bandeiras (reforma agrária, etc) apareciam como corpos antigos porém invadidos por uma alma nova. Uma vez levadas à prática por um governo de trabalhadores, forçosamente abalariam o edifício da sociedade burguesa no Brasil. Não queremos com isto dizer que a plataforma apresentada estivesse completa, ou à altura do momento. Pelo contrário, havia lacunas importantes, o que discutiremos adiante. Por enquanto, o que se quer ressaltar é o caráter de transição das nossas bandeiras fundamentais, e o fato altamente significativo da identificação das massas com tais bandeiras, que já ultrapassavam o terreno da ordem constituída.

5. Essas caracterizações sobre a Frente dos Trabalhadores e sobre a tendência à radicalização podem parecer deslocadas neste exato momento, quando assistimos a uma trégua nas mobilizações e quando a frente dos trabalhadores parece perder forças. De fato, as manifestações de massa estão em refluxo, embora as lutas parciais ressurgam, como a recente greve dos petroleiros. Ao mesmo tempo, alguns setores que haviam engrossado a candidatura de Lula agora bandeiraram-se em apoio mais ou menos velado a Collor. Esses acontecimentos merecem comentários.

As primeiras forças que abandonam a frente dos trabalhadores são algumas frações da pequena burguesia, principalmente aquelas antes ligadas ao PSDB e PMDB. Uma certa instabilidade não poderia deixar de envolver a força dos trabalhadores, neste momento

imediatamente posterior a um resultado eleitoral adverso. Porque várias forças aderiram à candidatura Lula sob pressão dos fatos, sendo compreensível que agora se retirem. Além disso, não se pode desconsiderar a instabilidade natural da pequena burguesia: última força a aderir em massa durante a campanha, algumas frações agora debandam, aos primeiros chamamentos das forças vitoriosas. Mas, nada disto afeta os fundamentos da frente dos trabalhadores. A frente se mantém sob a superfície da calma aparente. É verdade que as massas estão relativamente em silêncio, e o silêncio tem seu significado político. No caso, significa refluxo momentâneo e não um retrocesso nos posicionamentos políticos das forças sociais envolvidas.

O refluxo obriga o Partido dos Trabalhadores a levantar novamente (e atualizar) as bandeiras de lutas parciais, imediatas, de resistência. O nosso "governo paralelo" precisará estar atento à queda do poder aquisitivo dos salários, ao desemprego e às demais consequências que advirão do plano de estabilização do novo governo. Este cuidado é indispensável para manter os elos e a liderança prática do PT junto às massas. Mas isto não basta. Não nos esqueçamos de que o refluxo nas manifestações não apaga o aprendizado político da massa, nem o seu potencial de radicalização, nem a faz esquecer das alternativas recentemente aprendidas, aquelas alternativas que jogavam a solução duradoura para os seus mais sentidos problemas num campo já fora da ordem burguesa. Em outras palavras, a massa de trabalhadores continua receptiva, talvez ávida, por uma argumentação que alimente suas esperanças recém-despertadas no sentido de uma transformação profunda da nossa sociedade. Por tudo isto, não basta agora levantar as bandeiras de ação (que são bandeiras parciais, neste momento), nem basta organizar a resistência. É preciso que, no plano da propaganda, o nosso governo paralelo levante uma alternativa global ao governo Collor. Uma alternativa tão radical quanto radical demonstrou estar o anseio das massas no Brasil de hoje. Estamos nos referindo à plataforma de transição.

6. Mas, uma plataforma de transição deveria agora, na propaganda, não somente preservar os itens que estiveram presentes na campanha eleitoral, como também deveria ir além, superando as lacunas. A primeira lacuna a ser superada diz respeito ao programa de estatização. É possível que o Partido tenha se deixado intimidar pela onda privatizante do momento, reduzindo suas propostas de estatização. Nem por isto a lógica da campanha deixou de demarcar campos, fazendo o PT aparecer ao público como tendência estatizante, enquanto Collor capitalizava a opinião privatizante. Não poderia ser diferente. Um governo dos trabalhadores não pode governar se não controlar setores-chaves da economia. Não tem cabimento aquela declaração de boas intenções para com as multinacionais, naquela parte do PAG onde foi dito que conseguiríamos um meio de domar as multinacionais através de mecanismos de mercado. Precisamos dizer claramente que queremos estatizar os setores fundamentais da economia, embora precisemos deixar claro que estatizar não é sinônimo de burocratizar. E assim chegamos no ponto absolutamente crucial da plataforma de transição. Crucial para nós, assim como foi crucial em todos os movimentos anticapitalistas importantes: estamos falando do problema do controle da produção. Este ponto fundamentalíssimo numa plataforma de transformação das nossas estruturas sociais, condição absolutamente necessária para que o programa de estatização não se confunda com um burocratismo (à moda do Leste europeu), este ponto indispensável para dar realismo a qualquer tentativa de mudar a sociedade brasileira, - este ponto, no entanto, esteve ausente na nossa argumentação durante a campanha eleitoral. Mas sem controle da produção, aqui entendido num sentido amplo (englobando controle da circulação, do abastecimento, dos preços) não há processo possível de transformação social com participação de massas. Isto precisa ser dito, embora saibamos que a propaganda sozinha não opera milagres. Na propaganda do nosso governo paralelo, é preciso explicar a massa que a única maneira de mudar a sociedade é com a participação ativa da mesma massa, e para que tal perspectiva não se perca na retórica cabe levantar a bandeira do controle da produção a partir das organizações de base dos trabalhadores, em todos os níveis da atividade social.

7. Pansemos agora a analisar a situação a partir de um prisma oposto. Sob o prisma das classes dominantes. A primeira coisa a ser dita é que não há, no capitalismo brasileiro de hoje, nenhuma tendência no sentido da superação imediata da estagnação econômica dos

últimos anos. Os planos do novo governo não passam de uma reedição de planos recessivos e do arrocho, tudo indicando que ainda mais danosos para os trabalhadores do que os planos de Dorneles, Bresser ou Maílson. O aprofundamento da crise está na agenda atual do sistema.

Junta-se um segundo problema: a burguesia está saindo de uma luta eleitoral na qual teve oportunidade de sentir medo. A burguesia temeu o governo dos trabalhadores, cuja formação provavelmente abriria comportas para lutas revolucionárias. Cronistas burgueses registraram o começo de pânico instalado uma semana antes do 2^o turno, e um dos grandes jornais da burguesia noticiou a movimentação intensa então existente nos quartéis. Com sua experiência histórica, o mais provável é que a burguesia não vá tão rapidamente esquecer o que aconteceu, para relaxar. Tudo indica que a burguesia deve estar esperando confrontos, se preparando para eles, e talvez até venha a preferir provocá-los, se as circunstâncias lhe forem favoráveis.

O presidente eleito é o resultado de uma espécie de "seleção natural". Os demais candidatos apoiados por facções burguesas não se mostraram à altura da problemática vivida hoje pelas nossas classe dominantes. Quem traçava alternativas social-democratas ficou para trás, superado por uma polarização que não é puramente eleitoral, mas sim um processo que avança na base da sociedade. A burguesia acabou se unificando em torno de Collor. Figura que traz uma promessa de governo "forte", ou seja, de um governo que devera existir na fronteira com alguma forma de governo de exceção.

Pode parecer um simplismo caracterizar o governo de Collor como fadado a fomentar o confronto. Afinal, ele não está anunciando um diálogo com os trabalhadores e um certo "Contrato Social", definido como uma prática inspirada nas democracias burguesas da Itália e da Espanha? Mas a resposta é muito simples: na Europa, as democracias burguesas se apoiaram em um compromisso de classes onde a burguesia entrava com concessões efetivas aos trabalhadores, no terreno econômico e social, além de aceitarem conviver com as organizações autênticas dos trabalhadores. No Brasil da era Collor, pelo contrário, o que se vê é a gestação de um plano de ajuste econômico de natureza recessiva (comandado pelo corte das despesas estatais), o que deverá provocar uma piora da situação de vida dos trabalhadores. Por outro lado, o diálogo com os trabalhadores parece apoiar-se em lideranças "amarelas" como Magri e Medeiros, enquanto tentam urdir uma armadilha um tanto primária para a CUT. Os articuladores de Collor parecem jogadores de xadrês sobre um tabuleiro viciado: supõem que a CUT vá facilmente cair nas armadilhas e isolar-se, deixando campo aberto para Magri e companhia. Seria simples demais, mas é evidente que não será assim. O que se deve esperar é o fracasso da tentativa de cooptar os trabalhadores através de lideranças marginais, sobretudo num momento em que deverá estar ocorrendo uma forte recessão econômica. No devido tempo, Collor terá que substituir essas veleidades social-democratas por práticas de repressão.

Mais sérios, portanto, são os ensaios de Collor no sentido de um governo bonapartista. Sintomáticas são as suas atitudes de aparente autonomia em relação aos partidos políticos e em relação às próprias classes dominantes. Consta que a Fiesp vem colhendo alguns dissabores nas antessalas do novo governo. Mas também estes fatos precisam ser vistos em sua real dimensão. Para montar um governo bonapartista, não basta a vontade de Collor e de sua corte, aliás formada por burocratas menores. Para chegar a esta modalidade de governo de exceção, onde o poder do Estado parece autonomizado, seria antes necessário derrotar politicamente as organizações independentes dos trabalhadores e, além disto, seria preciso também derrotar as próprias organizações políticas da burguesia. Mas o novo governo está situado ainda frente a frente com um movimento sindical muito amplo, fortalecido nos últimos eventos, e com grande potencial de luta. Quanto a burguesia, continua inquestionável o poder de fogo de suas organizações diretas (entre elas a FIESP). De modo que, assim como o governo Collor não tem meios imediatos para comandar um regime social-democrata, também não tem meios para efetivar um regime bonapartista. Enquanto o novo governo busca seu estilo, pelo menos uma diferença fundamental o distanciará desde o começo do governo Sarney: enquanto o governo que finda ficou um longo período marcando passo, Collor precisará de imediato iniciar as reformas que a burguesia exige, no sentido de um novo salto na internacionalização da economia brasileira.

Esta necessidade inarredável do governo que começa inevitavelmente vai gerar recessão, vai piorar a situação dos trabalhadores, e nesta medida abrirá campo para lutas de classes acirradas. Portanto, a tendência a confrontações de classes aberta em finais de 1988 e mantida em 1989, agora deverá agravar-se.

8. Quando se diz que o cenário de confrontação está montado e que se deve esperar por um novo e mais radicalizado auge de luta de classes, não se quer com isto afirmar que estaríamos a caminho de uma situação revolucionária. A ressalva se impõe porque se tornou hábito em algumas correntes de esquerda associar qualquer fase de radicalização com as situações revolucionárias, no sentido dado a esta expressão por Lênin.

Segundo a clássica abordagem de Lênin, as situações revolucionárias são configurações objetivas, independentes da vontade das classes e dos partidos. São situações momentâneas em que a sociedade burguesa é imobilizada pela confluência de dois fatores: de um lado, pelas classes dominadas que entram em rebelião, e de outro incapacidade das classes dominantes de "seguir vivendo como antes". São situações muito específicas, e nem todo auge de confrontações de classes conduz a situações deste tipo. A gestação de uma situação revolucionária é, em tese, sempre uma possibilidade, mas não passaria de um exercício de futurologia tentar prevê-la a partir dos acontecimentos atuais. O que se deseja aqui é exclusivamente ressaltar a tendência atual à radicalização das lutas, pois é sobre esta perspectiva concreta que o Partido precisa discutir seus próximos passos.

Janeiro/1990.